



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**ENCONTRO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS**

**FORÚM LISBOA – 3 MARÇO DE 2018**

É com enorme satisfação que represento a Assembleia da República neste segundo encontro da Associação Nacional de Assembleias Municipais.

E começo por saudar a Associação pela sua atividade e por esta importante iniciativa.

Bem sei que no sistema de governo local português vigora aquilo a que se convencionou chamar um sistema consociativo, isto é, um sistema que obriga à cooperação entre eleitos para os órgãos executivos.

Quer nos executivos das Câmaras Municipais quer nos executivos das Juntas de Freguesia temos eleitos de diferentes forças políticas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Muitas vezes temos pelouros distribuídos por mais do que uma força política, para assegurar a estabilidade e a governabilidade.

Não vem daí mal ao mundo. Tem havido muita discussão sobre o sistema de governo local e sobre a sua reforma. Não tanto ultimamente, e como compreendem não vou aqui entrar em detalhes sobre a minha posição nessa matéria.

Uma coisa é certa: nada substitui o papel de iniciativa e especialmente o papel deliberativo e fiscalizador das assembleias municipais.

Julgo até que, à medida que se reforçam as competências dos municípios e das associações de municípios e das áreas metropolitanas é absolutamente crítico para a qualidade da democracia local o reforço das condições de funcionamento das Assembleias Municipais.

Estamos aqui no Fórum Lisboa, palco das reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa que tem sido, através da liderança da Deputada Helena Roseta, um exemplo de democracia e cidadania no contexto nacional.

Como bem sabemos não há boa governação democrática sem boa fiscalização parlamentar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

A descentralização voltou a estar na ordem do dia.

Nem podia ser de outra maneira. Há evidentes bloqueios ao desenvolvimento que só podem ser superados com o reforço de competências dos municípios e das juntas de freguesia.

No caso da tragédia dos incêndios vimos bem a importância de dotar os territórios de novos instrumentos de gestão.

Pensar a descentralização implica, pois, pensar também o interior e o seu desenvolvimento humano e ambiental.

Temos hoje à frente do PS e do PSD antigos autarcas de Lisboa e Porto. Isso dá-lhes uma responsabilidade acrescida nesta matéria.

Mas acredito que não é preciso ser-se autarca para se perceber a necessidade e a urgência da descentralização.

Fui ministro durante sete anos e posso testemunhar que a partir da administração central percebemos bem essa necessidade, dada a quantidade de assuntos que vão à mesa de um ministro e que podiam perfeitamente ser resolvidos a um nível regional, intermunicipal ou local.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Acredito que as boas políticas também dependem de uma boa organização política. Acredito que muitas vezes os problemas locais podem ser resolvidos a nível local.

Não será assim em todas as áreas das políticas públicas mas é assim em muitas áreas.

O poder local democrático é responsável por grandes avanços dos últimos 40 anos. A infraestruturização do país, o saneamento, os cuidados ambientais, a habitação, o apoio à cultura e ao desporto têm beneficiado muito da ação do poder local.

Há depois outros défices que só podem ser superados através do reforço dos municípios e das áreas metropolitanas.

À cabeça, nas áreas urbanas, colocaria o sistema de transportes, que claramente não é, manifestamente, uma história de sucesso nestas décadas de democracia.

Mas também podíamos incluir aqui a atração de investimento, a promoção turística, a conservação do património, a segurança, a gestão das zonas ribeirinhas, e todas as questões que não conhecem fronteiras mas que podem e devem ser tratadas a nível regional e intermunicipal.

Num tempo em que muitos cidadãos se sentem distantes do poder político, o reforço da descentralização pode ser um contributo decisivo para alterar esse estado de coisas e reforçar a qualidade da nossa democracia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Uma democracia de proximidade terá de passar, sempre, pelas autarquias locais.

Mais: se os problemas são tantas vezes locais, as soluções podem ser mais vezes locais.

Tenho dito e lembrado, desde o início deste ano, que 2018 é um ano de oportunidades estratégicas para a vida política portuguesa.

Pela primeira vez em muitos anos, não temos eleições marcadas para este ano e não temos a urgência dos problemas macroeconómicos.

Esta oportunidade não pode ser desaproveitada, e quero aqui saudar a disponibilidade já revelada por todos os atores políticos para debaterem este ano temas estratégicos que vão além da legislatura e que têm de ser consensualizados entre todos, independentemente de quem está no Governo ou na oposição.

Porque são opções estratégicas que devem perdurar além dos habituais quatro anos das legislaturas.

O PS e o PSD, como grandes partidos nacionais e autárquicos, mas também o Bloco de Esquerda, o CDS, o PCP, o PEV e o PAN, devem dizer presente e participar ativamente nestes debates que contam para o futuro de Portugal e dos portugueses.

Tudo indica que esse diálogo estratégico e interpartidário vai começar, e vai começar pela descentralização e pelo futuro quadro comunitário.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

São temas da maior importância para o país, e são temas com forte impacto na vida dos nossos territórios.

Nesse sentido, estou certo que também as Assembleias Municipais serão palco desses grandes debates nacionais.

É com esse apelo à participação que vos deixo.

A todos, desejo uma excelente jornada de trabalho e aproveito para saudar uma vez mais a Associação Nacional de Assembleias Municipais por esta iniciativa e por este amável convite que me dirigiu.

Muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues